Concurso de Acesso ao Ensino Superior - Maiores de 23 anos
Prova Específica: Noções Fundamentais de Direito
Duração: 1.30 h
Data: 09.05.2023

I (6 valores)

Responda, nesta folha do enunciado, assinalando a resposta correta com um círculo em torno da alínea escolhida.

1. O direito subjetivo é:

a) Uma faculdade ou poder em que se encontram investidos certos sujeitos jurídicos.
b) Traduz-se na adoção de normas jurídicas criadas pelo Estado, cujo incumprimento, acarreta uma sanção.
c) Um direito a que corresponde um estado de sujeição.
d) Nenhuma das anteriores.

2. A norma jurídica caracteriza-se por:

a) b) Se dirigir a um número indeterminado de situações e a uma pluralidade de destinatários.
b) Se dirigir a um destinatário e a situação em concreto.
c) Se dirigir a um número indeterminado de situações.
d) Nenhuma das anteriores.

3. A coercibilidade é uma característica típica da:

a) Ordem jurídica.
b) Ordem moral.
c) Ordem do trato social ou da cortesia.
d) Nenhuma das anteriores.

4. A Lei é uma fonte de direito:

a) Imediata;
b) Mediata;
c) Substitutiva.
d) Nenhuma das anteriores.

5. Se o legislador nada prever quanto à data de entrada em vigor de uma Lei, publicada a 10 de maio de 2023, esta entra em vigor no Continente:

a) No dia 15 de maio de 2023.
b) No dia 10 de maio de 2023.
c) No dia 20 de maio de 2023.
d) No dia 11 de maio de 2024.

6. Um lei orgânica com valor reforçado deve ser aprovada na votação final global:

a) Por 116 deputados.
b) Por 154 deputados.
c) Por 101 deputados.
d) Por 230 deputados.

II (6 valores)

Desenvolva o seguinte tema: "O Direito entre as ordens normativas".

III (4+4 valores)

Rita e Osvaldo contraíram matrimónio no dia 10 de maio de 2001. À luz do Código Civil, em vigor, estabeleciam-se como deveres conjugais, o dever de fidelidade, de respeito, de coabitação, de cooperação e assistência. Para efeitos de divórcio, o art. 1779.º, sob a epígrafe: "Violação culposa dos deveres conjugais, prescrevia:

> 1. Qualquer dos cônjuges pode requerer o divórcio se o outro violar culposamente os deveres conjugais, quando a violação, pela sua gravidade ou reiteração, comprometa a possibilidade da vida em comum.
> 2. Na apreciação da gravidade dos factos invocados, deve o tribunal tomar em conta, nomeadamente, a culpa que possa ser imputada ao requerente e o grau de educação e sensibilidade moral dos cônjuges.

A Lei n.º 61/2008, de 31 de outubro, veio alterar o articulado do art. 1779.º, não prevendo a violação dos deveres conjugais como causa de divórcio.

1. Suponha que Rita pretende instaurar uma ação divórcio durante o mês de maio de 2023 e que considera que poderá invocar a violação do dever de fidelidade e de respeito, alegando que quando celebrou o contrato de casamento a Lei em vigor permitia a invocação da violação dos deveres conjugais como fundamento da dissolução do matrimónio.
   Analise a situação ao abrigo da aplicação das leis no tempo.
2. Suponha que a mesma Lei elimina a norma que prevê o cumprimento dos deveres conjugais. Rita pretende saber se o seu casamento estará igualmente abrangido pela ausência de deveres conjugais. *Quid iuris?*

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO
Instituto Politécnico de Coimbra

Concurso de Acesso ao Ensino Superior
Maiores de 23
Prova Específica:
Noções Fundamentais de Direito

Ano letivo 2018/2019
Duração: 1H30
Cotação final: 20 valores

03 de *Maio* de *2018*

Observações:
1. Elementos de possível consulta, podendo ter remissões mas não anotados: Código Civil e Constituição da República Portuguesa.

NOME COMPLETO: _____

GRUPO I

(Resposta nesta folha do enunciado - <u>Responda só a 7 das 8 questões deste Grupo I</u>)

Termine as seguintes frases de acordo com a alínea que considere mais adequada, assinalando a resposta que lhe parece correcta com um círculo em torno da alínea escolhida:

1. O Estado caracteriza-se por...
   a) uma comunidade humana, um território e uma organização política.
   b) um território e uma comunidade de pessoas.
   c) uma organização política.
   d) Uma comunidade humana.

2. O Estado e o Direito encontram-se numa relação de...
   a) Antagonismo;
   b) Interdependência;
   c) Conflitualidade;
   d) Superioridade e inferioridade.

3. A coercibilidade material é uma característica de que tipo de ordem social?
   a) Ordem religiosa;
   b) Ordem moral;
   c) As alíneas anteriores estão correctas;
   d) Ordem jurídica.

4. A reserva de competência legislativa da Assembleia da República é
   a) Relativa;
   b) Absoluta;
   c) Relativa e absoluta;
   d) Inexistente.

5. O direito objectivo é...
   a) a matriz geradora do direito ou faculdade.
   b) um direito que tem uma obrigação correspectiva.
   c) uma faculdade ou poder em que se encontram investidos certos sujeitos jurídicos.
   d) As alíneas anteriores são falsas.

6. Quanto aos caracteres de uma norma jurídica...
   a) dirige-se a uma pluralidade de destinatários.
   b) abarca um número indeterminado de situações e uma pluralidade de destinatários.
   c) abarca um número indeterminado de situações e uma pluralidade de situações.
   d) dirige-se a uma situação concreta.

7. Se o legislador nada disser sobre a data da entrada em vigor de uma lei publicada a 26 de maio, esta lei entra em vigor no Continente e nas Regiões Autónomas:
   a) no dia 1 de junho.
   b) no dia 31 de maio.
   c) no dia 31 de maio e no dia 10 de junho respetivamente.
   d) nenhuma das respostas anteriores está correcta.

8. Suponha que uma lei determina expressamente que «esta lei aplica-se a todos os trabalhadores dependentes» mas o intérprete chegou à conclusão que o legislador pretendia mais correctamente referir-se aos «trabalhadores dependentes com antiguidade inferior a um ano».
   a) o legislador disse menos do que pretendia dizer, logo o intérprete fez uma interpretação restritiva.
   b) o legislador disse mais do que pretendia dizer, logo o intérprete fez uma interpretação restritiva.
   c) o legislador disse mais do que pretendia dizer, logo o intérprete fez uma interpretação extensiva.
   d) nenhuma das respostas anteriores está correcta.

GRUPO II

(Respostas na folha pautada – a fundamentação é indispensável)

1. Suponha que vai entrar em vigor, no dia 01/07 próximo, um novo Código do Trabalho, que estabelece designadamente que o contrato de trabalho tem obrigatoriamente e em todos os casos de ser reduzido a escrito, e que o valor do subsídio de natal corresponde a uma vez e meia o valor da retribuição mensal do trabalhador.

   Ao invés, o código atual, ao abrigo do qual Anabela celebrou o seu contrato de trabalho, estabelece o princípio de liberdade de forma para os contratos de trabalho sem prazo, e o valor da retribuição mensal como o valor do subsídio de natal.

   A lei que aprovou o novo código não refere se se aplica aos contratos de trabalho já existentes.

   Anabela pretende saber

   a. Face à alteração do regime formal de celebração do contrato de trabalho, a sua relação jurídico-laboral, emergente do contrato que celebrou anteriormente, mantém-se como válida ou não? Justifique.

   b. E qual o valor do subsídio de natal devido a Anabela após 01/08? Justifique.

2. Distinga Doutrina de Jurisprudência.

Boa sorte. FIM

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO
Instituto Politécnico de Coimbra

Concurso de Acesso ao Ensino Superior
Maiores de 23
Prova Específica:
Noções Fundamentais de Direito

Ano lectivo 2018/2019

Duração: 1H30

17 de *Maio* de *2018*

Cotação final: 20 valores

Observações:
1. Elementos de possível consulta, podendo ter remissões mas não anotados: Código Civil e Constituição da República Portuguesa.

NOME COMPLETO: _____

GRUPO I

(Resposta nesta folha do enunciado - <u>Responda só a 7 das 8 questões deste Grupo I</u>)

Termine as seguintes frases de acordo com a alínea que considere mais adequada, assinalando a resposta que lhe parece correcta com um círculo em torno da alínea escolhida:

1. O Estado caracteriza-se por...
   a) uma comunidade humana, um território e uma organização política.
   b) um território e uma comunidade de pessoas.
   c) uma organização política.
   d) Uma comunidade humana.

2. O Estado e o Direito encontram-se numa relação de...
   a) Antagonismo;
   b) Interdependência;
   c) Conflitualidade;
   d) Superioridade e inferioridade.

3. A coercibilidade material é uma característica de que tipo de ordem social?
   a) Ordem religiosa;
   b) Ordem moral;
   c) As alíneas anteriores estão correctas;
   d) As alíneas anteriores são falsas.

4. A reserva de competência legislativa da Assembleia da República é
   a) Relativa;
   b) Absoluta;
   c) Relativa e absoluta;
   d) Inexistente.

5. O direito objectivo é...
   a) a matriz geradora do direito ou faculdade.
   b) um direito que tem uma obrigação correspectiva.
   c) uma faculdade ou poder em que se encontram investidos certos sujeitos jurídicos.
   d) As alíneas anteriores são falsas.

6. Quanto aos caracteres de uma norma jurídica...
   a) dirige-se a uma pluralidade de destinatários.
   b) abarca um número indeterminado de situações e uma pluralidade de destinatários.
   c) abarca um número indeterminado de situações e uma pluralidade de situações.
   d) dirige-se a uma situação concreta.

7. Se o legislador nada disser sobre a data da entrada em vigor de uma lei publicada a 26 de Janeiro, esta lei entra em vigor no Continente e nas Regiões Autónomas :
   a) no dia 1 de Fevereiro.
   b) no dia 31 de Janeiro.
   c) no dia 31 de Janeiro e no dia 10 de Fevereiro respectivamente.
   d) nenhuma das respostas anteriores está correcta.

8. Suponha que uma lei determina expressamente que «esta lei aplica-se a todos os trabalhadores dependentes» mas o intérprete chegou à conclusão que o legislador pretendia mais correctamente referir-se aos «trabalhadores dependentes com antiguidade inferior a um ano».
   a) o legislador disse menos do que pretendia dizer, logo o intérprete fez uma interpretação restritiva.
   b) o legislador disse mais do que pretendia dizer, logo o intérprete fez uma interpretação restritiva.
   c) o legislador disse mais do que pretendia dizer, logo o intérprete fez uma interpretação extensiva.
   d) nenhuma das respostas anteriores está correcta.

GRUPO II

(Respostas na folha pautada – a fundamentação é indispensável)

1. Distinga Doutrina de Jurisprudência.

2. Imagine que Adalberto contratou com Triple, SA, um pack de serviços de televisão, internet e telefone.

   À data da celebração do contrato, a prestação daqueles serviços era regulada pelo DL X, de 20.05.2015, que determina que a faturação do serviço deve realizar-se mensalmente, e que, quanto ao modo de celebração do contrato, pode ser celebrado por qualquer meio, tendo Adalberto e Triple, SA optado pela celebração verbal.

   Entretanto, em 10.10.2015, foi publicado o DL Y, que, tendo por objeto a prestação daqueles mesmos serviços, dispõe (i) a faturação deve ser detalhada, se o cliente o solicitar, e (ii) o contrato deve ser celebrado por escrito.

   a) Deparando-se atualmente com a recusa reiterada, por parte de Triple, SA, de apresentação de faturas detalhadas reclamadas por Adalberto, diga se o facto de o contrato ter sido celebrado antes de 10.10.2015 e sem redução a escrito afecta a sua validade no presente, considerando o que dispõe o DL Y? Fundamente.
   b) E Adalberto tem direito a exigir presentemente a entrega de faturas detalhadas, considerando o que dispõe o DL Y? Fundamente.

Boa sorte. FIM

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO
Instituto Politécnico de Coimbra

Concurso de Acesso ao Ensino Superior

Maiores de 23 anos

Prova Específica: Noções Fundamentais de Direito

Duração: 1.30 h

2014
15.05.2014

Observações:
Legislação permitida: Código Civil, C.R.P.

I
(6 val.)

Defina:

a) Direito em sentido subjectivo;
b) Doutrina;
c) Jurisprudência;
d) "Vacatio legis".

II
(4 val.)

Comente a seguinte afirmação:

"A ordem normativa da sociedade é composta por ordens normativas diversas que traduzem aspectos diferentes do dever dos cidadãos perante a comunidade".

III
(10 val.)

Ana Rita e Gustavo contraíram matrimónio em 10 de Maio de 1990. À luz do Código Civil em vigor, estabeleciam-se como deveres conjugais: o dever de fidelidade, de respeito, de coabitação, de cooperação e assistência. Para efeitos de divórcio o art. 1779.º, sob a epígrafe: "Violação culposa dos deveres conjugais", prescrevia:

1. Qualquer dos cônjuges pode requerer o divórcio se o outro violar culposamente os deveres conjugais, quando a violação, pela sua gravidade ou reiteração, comprometa a possibilidade da vida em comum.

2. Na apreciação da gravidade dos factos invocados, deve o tribunal tomar em conta, nomeadamente, a culpa que possa ser imputada ao requerente e o grau de educação e sensibilidade moral dos cônjuges.

A Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro, veio alterar o articulado do art. 1779.º, não prevendo como causa de divórcio a violação dos deveres conjugais.

1. Ana Rita é de opinião que pode intentar ação de divórcio por violação do dever de fidelidade e de respeito, alegando que quando celebrou o contrato de casamento a Lei que estava em vigor permita esse tipo de dissolução do matrimónio. Gustavo, por outro lado, entende se deverá aplicar a Lei em vigor à data da dissolução do casamento. *Quid iuris?*
2. Suponha ainda que a nova Lei elimina a norma que prevê os deveres conjugais. Ana Rita pretende saber se os casamentos contraídos antes da entrada em vigor da Lei estarão abrangidos igualmente pela ausência de deveres conjugais.

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO
Instituto Politécnico de Coimbra

Concurso de Acesso ao Ensino Superior
Maiores de 23
Prova Específica:
Noções Fundamentais de Direito

Ano lectivo 2015/2016
Duração: 1H00 — *06 de Maio de 2015*
Cotação final: 20 valores

Observações:
1. Elementos de possível consulta, podendo ter remissões mas não anotados: Código Civil e Constituição da República Portuguesa.

NOME COMPLETO: _____

Nas questões 8., 9. e 10. a fundamentação é indispensável

GRUPO I

(resposta nesta folha do enunciado)

Termine as seguintes frases de acordo com a alínea que considere mais adequada, assinalando a resposta que lhe parece correcta, colocando um círculo em torno da alínea escolhida:

1. O direito objetivo é...
   a) um sistema de regras de conduta.
   b) a matriz geradora do direito ou faculdade.
   c) um direito que tem uma obrigação correspetiva.
   d) uma faculdade ou poder em que se encontram investidos certos sujeitos jurídicos.

2. O Estado caracteriza-se por...
   a) uma comunidade humana, um território e uma organização política.
   b) um território e uma comunidade de pessoas.
   c) uma organização política.
   d) Uma comunidade humana.

3. Quanto aos caracteres de uma norma jurídica...
   a) dirige-se a uma pluralidade de destinatários.
   b) abarca um número indeterminado de situações e uma pluralidade de destinatários.
   c) abarca um número indeterminado de situações e uma pluralidade de situações.
   d) dirige-se a uma situação concreta.

4. Normas supletivas...
   a) correspondem a princípios fundamentais do sistema jurídico.
   b) definem condutas a que os destinatários estão vinculados.
   c) destinam-se a suprir a falta de manifestação de vontade das partes.
   d) adaptam princípios fixados em normais mais gerais.

5. Se o legislador nada disser sobre a data da entrada em vigor de uma lei publicada a 26 de Julho, esta lei entra em vigor no Continente e nas Regiões Autónomas :
   a) no dia 1 de Agosto.
   b) no dia 31 de Julho.
   c) no dia 31 de Julho e no dia 10 de Agosto respectivamente.
   d) nenhuma das respostas anteriores está correcta.

6. Suponha que uma lei determina expressamente que «esta lei aplica-se a todos os trabalhadores dependentes» mas o intérprete chegou à conclusão que o legislador pretendia mais correctamente referir-se aos «trabalhadores dependentes com mais de 10 anos de antiguidade».
   a) o legislador disse menos do que pretendia dizer, logo o intérprete fez uma interpretação restritiva.
   b) o legislador disse mais do que pretendia dizer, logo o intérprete fez uma interpretação restritiva.
   c) o legislador disse mais do que pretendia dizer, logo o intérprete fez uma interpretação extensiva.
   d) nenhuma das respostas anteriores está correcta.

GRUPO II
(respostas na folha pautada de respostas de prova de avaliação)

7. Distinga Doutrina de Jurisprudência.

8. Imagine que Adalberto contratou em Dezembro de 2010 com Triple, SA, os serviços de uma sociedade prestadora dos serviços de televisão, internet e telefone, Triple, SA.
   À data da celebração do contrato, a atividade da prestação daqueles serviços era regulada pelo DL X, de 20.05.2005, que determina que a faturação do serviço deve realizar-se mensalmente, e que, quanto ao modo de celebração do contrato, pode ser celebrado por qualquer meio, tendo Adalberto e Triple, SA optado pela celebração verbal.
   Entretanto, em 10 de Outubro de 2006, foi publicado o DL Y, que, tendo por objeto a atividade de prestação daqueles mesmos serviços, dispõe que (i) a faturação deve ser detalhada, se o cliente o solicitar, e que (ii) o contrato deve ser celebrado por escrito.
   Deparando-se actualmente com a recusa reiterada, por parte de Triple, SA, de apresentação de faturas detalhadas reclamadas por Adalberto, para esclarecimento deste Adalberto:
   - Diga quando entrou em vigor o DL Y, sabendo que dele nada consta acerca dessa matéria? Justifique.

9. Considerando o exposto em 8. supra, diga se o facto de o contrato ter sido celebrado em 2010 sem redução a escrito contende com a sua validade no presente, considerando o que dispõe o DL Y? Fundamente.

10. Considerando o exposto em 8. supra, diga se Adalberto pode exigir a entrega de faturas detalhadas presentemente? Fundamente.

Boa sorte. FIM

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO
Instituto Politécnico de Coimbra

Concurso de Acesso ao Ensino Superior
Maiores de 23
Prova Específica:
Noções Fundamentais de Direito

Ano lectivo 2016/2017
Duração: 1H00
Cotação final: 20 valores

05 de Maio de 2016

Observações:
1. Elementos de possível consulta, podendo ter remissões mas não anotados: Código Civil e Constituição da República Portuguesa.

NOME COMPLETO: _____

GRUPO I

(Resposta nesta folha do enunciado - Responda só a 7 das 8 questões deste Grupo I)

Termine as seguintes frases de acordo com a alínea que considere mais adequada, assinalando a resposta que lhe parece correcta com um círculo em torno da alínea escolhida:

1. O Estado caracteriza-se por...
   uma comunidade humana, um território e uma organização política.
   um território e uma comunidade de pessoas.
   uma organização política.
   Uma comunidade humana.

2. O Estado e o Direito encontram-se numa relação de...
   Antagonismo;
   Interdependência;
   Conflitualidade;
   Superioridade e inferioridade.

3. A coercibilidade material é uma característica de que tipo de ordem social?
   Ordem religiosa;
   Ordem moral;
   As alíneas anteriores estão correctas;
   As alíneas anteriores são falsas.

4. A reserva de competência legislativa da Assembleia da República é
   Relativa;
   Absoluta;
   Relativa e absoluta;
   Inexistente.

5. O direito objectivo é...
   a matriz geradora do direito ou faculdade.
   um direito que tem uma obrigação correspectiva.
   uma faculdade ou poder em que se encontram investidos certos sujeitos jurídicos.
   As alíneas anteriores são falsas.

6. Quanto aos caracteres de uma norma jurídica...
   dirige-se a uma pluralidade de destinatários.
   abarca um número indeterminado de situações e uma pluralidade de destinatários.
   abarca um número indeterminado de situações e uma pluralidade de situações.
   dirige-se a uma situação concreta.

7. Se o legislador nada disser sobre a data da entrada em vigor de uma lei publicada a 26 de Janeiro, esta lei entra em vigor no Continente e nas Regiões Autónomas :
   a) no dia 1 de Fevereiro.
   b) no dia 31 de Janeiro.
   c) no dia 31 de Janeiro e no dia 10 de Fevereiro respectivamente.
   d) nenhuma das respostas anteriores está correcta.

8. Suponha que uma lei determina expressamente que «esta lei aplica-se a todos os trabalhadores dependentes» mas o intérprete chegou à conclusão que o legislador pretendia mais correctamente referir-se aos «trabalhadores dependentes com antiguidade inferior a um ano».
   o legislador disse menos do que pretendia dizer, logo o intérprete fez uma interpretação restritiva.
   o legislador disse mais do que pretendia dizer, logo o intérprete fez uma interpretação restritiva.
   o legislador disse mais do que pretendia dizer, logo o intérprete fez uma interpretação extensiva.
   nenhuma das respostas anteriores está correcta.

GRUPO II

(Respostas na folha pautada – a fundamentação é indispensável)

1. Distinga Doutrina de Jurisprudência.

2. Suponha que vai entrar em vigor no dia 01/08 próximo um novo Código do Trabalho que estabelece designadamente que o contrato de trabalho tem obrigatoriamente e em todos os casos de ser reduzido a escrito, e que o valor do subsídio de natal corresponde a uma vez e meia o valor da retribuição mensal do trabalhador, ao invés do que estabelece o código actual, ao abrigo do qual Anabela celebrou o seu contrato de trabalho, que estabelece o princípio de liberdade de forma para os contratos de trabalho sem prazo, e o valor da retribuição mensal como valor do subsídio de natal. A lei que aprovou o novo código não refere se se aplica aos contratos de trabalho já existentes. Anabela pretende saber, face à alteração do regime formal de celebração do contrato, se a sua relação jurídico laboral emergente do contrato que celebrou anteriormente mantém-se como válida ou não. Justifique.

3. E qual o valor do subsídio de natal devido a Anabela após 01/08? Justifique.

Boa sorte. FIM

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO
Instituto Politécnico de Coimbra

Concurso de Acesso ao Ensino Superior
Maiores de 23
Prova Específica:
Noções Fundamentais de Direito

Ano lectivo 2016/2017
Duração: 1H00
Cotação final: 20 valores

23 de Maio de 2016

Observações:
1. Elementos de possível consulta, podendo ter remissões mas não anotados: Código Civil e Constituição da República Portuguesa.

NOME COMPLETO: _____

GRUPO I

(Resposta nesta folha do enunciado - Responda só a 7 das 8 questões deste Grupo I)

Termine as seguintes frases de acordo com a alínea que considere mais adequada, assinalando a resposta que lhe parece correcta com um círculo em torno da alínea escolhida:

1. O Estado caracteriza-se por...
   - uma comunidade humana, um território e uma organização política.
   - um território e uma comunidade de pessoas.
   - uma organização política.
   - Uma comunidade humana.

2. O Estado e o Direito encontram-se numa relação de...
   - Antagonismo;
   - Interdependência;
   - Conflitualidade;
   - Superioridade e inferioridade.

3. A coercibilidade material é uma característica de que tipo de ordem social?
   - Ordem religiosa;
   - Ordem moral;
   - As alíneas anteriores estão correctas;
   - As alíneas anteriores são falsas.

4. A reserva de competência legislativa da Assembleia da República é
   - Relativa;
   - Absoluta;
   - Relativa e absoluta;
   - Inexistente.

5. O direito objectivo é...
   - a matriz geradora do direito ou faculdade.
   - um direito que tem uma obrigação correspectiva.
   - uma faculdade ou poder em que se encontram investidos certos sujeitos jurídicos.
   - As alíneas anteriores são falsas.

6. Quanto aos caracteres de uma norma jurídica...
   dirige-se a uma pluralidade de destinatários.
   abarca um número indeterminado de situações e uma pluralidade de destinatários.
   abarca um número indeterminado de situações e uma pluralidade de situações.
   dirige-se a uma situação concreta.

7. Se o legislador nada disser sobre a data da entrada em vigor de uma lei publicada a 26 de Janeiro, esta lei entra em vigor no Continente e nas Regiões Autónomas :
   no dia 1 de Fevereiro.
   no dia 31 de Janeiro.
   no dia 31 de Janeiro e no dia 10 de Fevereiro respectivamente.
   nenhuma das respostas anteriores está correcta.

8. Suponha que uma lei determina expressamente que «esta lei aplica-se a todos os trabalhadores dependentes» mas o intérprete chegou à conclusão que o legislador pretendia mais correctamente referir-se aos «trabalhadores dependentes com antiguidade inferior a um ano».
   o legislador disse menos do que pretendia dizer, logo o intérprete fez uma interpretação restritiva.
   o legislador disse mais do que pretendia dizer, logo o intérprete fez uma interpretação restritiva.
   o legislador disse mais do que pretendia dizer, logo o intérprete fez uma interpretação extensiva.
   nenhuma das respostas anteriores está correcta.

GRUPO II

(Respostas na folha pautada – a fundamentação é indispensável)

1. Distinga Doutrina de Jurisprudência.

2. Imagine que Adalberto contratou com Triple, SA, um pack de serviços de televisão, internet e telefone.

   À data da celebração do contrato, a prestação daqueles serviços era regulada pelo DL X, de 20.05.2015, que determina que a faturação do serviço deve realizar-se mensalmente, e que, quanto ao modo de celebração do contrato, pode ser celebrado por qualquer meio, tendo Adalberto e Triple, SA optado pela celebração verbal.

   Entretanto, em 10.10.2015, foi publicado o DL Y, que, tendo por objeto a prestação daqueles mesmos serviços, dispõe que (i) a faturação deve ser detalhada, se o cliente o solicitar, e que (ii) o contrato deve ser celebrado por escrito.

   Deparando-se actualmente com a recusa reiterada, por parte de Triple, SA, de apresentação de faturas detalhadas reclamadas por Adalberto, diga se o facto de o contrato ter sido celebrado antes de 10.10.2015 e sem redução a escrito afecta a sua validade no presente, considerando o que dispõe o DL Y? Fundamente.

3. E Adalberto tem direito a exigir presentemente a entrega de faturas detalhadas? Fundamente.

Boa sorte. FIM